



União compensará estados em R\$ 26,9 bi por ICMS de combustíveis

Aumento nos repasses da merenda escolar chega a 39%

Página 4

Inflação medida pelo INPC avança para 0,77% em fevereiro

Página 3

Prefeituras podem listar obras prioritárias ao governo federal

O governo federal lançou na sexta-feira (10) a plataforma digital Mãos à Obra, que tem como objetivo mapear obras paralisadas em todo o país que podem receber recursos para serem retomadas. Caberá às próprias prefeituras a tarefa de alimentar a plataforma com informações sobre os projetos. O anúncio foi feito na sexta-feira (10), em evento no Palácio do Planalto, com a presença de prefeitos e entidades de gestores municipais.

“Não é possível você imaginar que esse país pode ser governado de Brasília sem levar em conta a realidade dos municípios e dos estados brasileiros”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Temos, só para vocês terem ideia, mais de 14 mil obras paralisadas. Obras que começaram no meu governo, no governo da Dilma Rousseff. Houve uma paralisação. Podem ficar certos que nós vamos retomar todas as obras. Com os Mãos à Obra, vocês vão dizer quais obras na cidade de vocês que precisa ser feita”, acrescentou.

Lula fez questão de ressaltar que o governo federal não fará distinção entre gestores municipais de partidos aliados ou da oposição. “As nossas divergências partidárias vão acontecer na época das eleições. O que que quero é que vocês saibam que nós vamos tentar recuperar a civilidade nesse país”. Na mesma cerimônia, o presidente anunciou o reajuste de 39% no repasse da merenda escolar.

As prioridades dos Mãos à Obra são equipamentos de saúde, educação, esporte, cultura, além de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. Os gestores terão até 10 de abril de 2023 para incluir as informações, informou o governo. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,21
Venda:	5,21
Turismo	
Compra:	5,30
Venda:	5,39
EURO	
Compra:	5,55
Venda:	5,55

Ibama e PRF desmontam mais de 190 acampamentos na TI Yanomami



Foto: Ibama/Divulgação

Página 4

Após pouco mais de dois meses de negociações, a União e as unidades da Federação fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R\$ 26,9 bilhões até 2026.

O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 governadores nas negociações. Segundo Ceron, dos R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões serão pagos pela União neste ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso.

“Foi muito injusto o que

aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R\$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Esse acordo representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando”, disse Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado.

Segundo Haddad e Fonteles, o acordo será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O ministro e o governador piauiense também levarão os termos do documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneraram o ICMS dos combustíveis no ano passado. **Página 3**

SP tem interesse em aprovação da reforma tributária, diz governador

Página 2

Governo federal passará a fazer investimento direto por PPP

Página 4

Esporte

SM Kart Competition disputa segunda etapa

Serão dois dias de competição

O mais popular campeonato de rental kart do Brasil dará sequência à sua terceira temporada, disputando no Kartódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo (SP), neste fim de semana (11 e 12/3), a segunda etapa de 2023.

A estimativa é que mais de 200 pilotos do SM Kart Competition participem de 12 provas nos dois dias, quando serão distribuídos cerca de 300 prêmios. No domingo a programação começa às 9 horas com treinos de Fórmula Kart.

No sábado a programação tem início às 14 horas com

Tartarugas Racing, seguido de Estreantes Masculino 1, Novatos Masculino 1, Super Sênior, e Corrida Box 4 Car. Já no domingo a primeira corrida será às 12h30 para Mulheres Estreantes, seguido das baterias Sênior 40 anos, Depintor Racing, Desafio Speed Angels Light, Graduados, Graduados B, Estreantes Feminina, Desafio Speed Angels Mini Endurance, Estreantes Masculino 2, Novatas Feminina, Novatos Masculino 2, KDA, SM/Futerock Heavy 105 kg.

Os vencedores foram da prova de abertura do certame deste ano foram Marco William (Es-



As disputas na SM Competition são constantes

treantes Masculino 1), Paolo Baglione (Novatos 1), Guto Oliveira (Super Sênior), Alan Zanutto (Futerock Heavy 105Kg), João Vitor Gregório (Tartarugas Racing), Rodrigo Oliveira (Pré-temporada KDA/Kart Depressão), Lucimara Ido (Desafio Speed Angels Light), Aceleradas (Equipes Speed Angels Light), Talline Tavares (Estreantes Feminina), Augusto Coutinho (Graduados), Roberto Guimarães (Graduados B), Ozéias Bezerra (Sênior), Carlos Cesar Santana (Depintor Racing Stock), Marco Verga (Depintor Racing Nascar).

27ª Maratona Internacional de São Paulo inova na premiação

A briga pelo topo do pódio na 27ª edição da Maratona Internacional de São Paulo, no dia 2 de abril, com largada e chegada no Ibirapuera, a partir das 6h10min, tem novidade. A primeira no Brasil e única de São Paulo com Selo World Athletics inova ao colocar uma premiação ao vencedor, no masculino e feminino, diretamente proporcional ao tempo obtido. Desta forma, o valor poderá variar entre 7 e 60 mil reais de acordo com a marca estabelecida e uma provável quebra de recorde. O evento ainda contará com outras três distâncias – 21 km, 10 km e 5 km – ampliando as opções para os participantes.

A novidade tem como objetivo motivar a performance e a quebra dos recordes que duram já um bom tempo. No masculino, a melhor marca é

do brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima, que correu em 2h11min19 em 2002, enquanto no feminino é da queniana Rumokol Chepkanan, com 2h31min31 em 2012.

Uma vitória com um tempo acima de 2h16min18, no masculino, e 2h38min00s, no feminino, garantem 7 mil reais aos campeões. A partir daí, as premiações aumentam de acordo com as metas alcançadas. Se os atuais recordes da prova forem batidos em ao menos 1 segundo, ou seja, 02h11m18 (masculino) e 2h31m20 (feminino), os vencedores receberão 30 mil reais, contudo se o vencedor for brasileiro (a) o prêmio passa 40 mil.

O limite da premiação é 60 mil para aqueles que completarem os 42 km abaixo de 2h08min50 (masculino) e 2h27min50 (feminino). Vale ressaltar que as premiações por

Meta Atingida e por Quebra de Recorde não são cumulativas.

As inscrições estão abertas e poderão ser realizadas até o dia 17 de março de 2023. Opções de inscrições, valores e prazos também estão à disposição no site oficial, www.maratonadesaopaulo.com.br. A EXPO Atleta e a retirada dos kits serão no PACUBRA - Pavilhão das Culturas Brasileiras - no Parque Ibirapuera nos dias 30 e 31/3, das 9h30 às 19h30, e no dia 1/4, das 8h30 às 17h, lembrando que não haverá entrega de kit no dia da corrida e nem após a realização da mesma.

A prova é uma referência no país e tem previsão de receber atletas em várias distâncias em 2023. Além disso, a programação desta edição ainda terá novidades, como o retorno de uma corrida infantil na véspera, a

Maratoninha de São Paulo. O evento terá transmissão ao vivo para todo o país.

Para correr é necessário se inscrever. Haverá controle de acesso e a prova oferecerá infraestrutura (apoio médico, acessos, hidratação e lanches) para o número oficial de inscritos. Não serão disponibilizados recursos extras para atletas que não estejam inscritos oficialmente (“pipocas”). Haverá controle de acesso e somente atletas com número de peito acessarão a área de largada.

A 27ª MARATONA INTL DE SÃO PAULO – SAO PAULO INTL MARATHON tem

organização e realização da Yescom, com patrocínio de Comgas, Olympikus, Assaí, Drogaria São Paulo, Smart Fit e Montevérgine, patrocínio especial de 3 Corações e PowerAde. A rádio oficial é a Transamérica. O apoio é de Cosan, Dois Cunhados, Movida, Itambé, Bendita Cãnfora, Mantiqueira Brasil, N.ovo, Ama e Mate Leão. O apoio especial da Prefeitura de São Paulo, pela Secretaria de Esportes e Lazer (SEME) e Secretaria de Turismo da Cidade de São Paulo. A supervisão é da FPA, CBAT, World Athletics e AIMS. **Mais informações no site oficial, www.maratonadesaopaulo.com.br**

SP tem interesse em aprovação da reforma tributária, diz governador

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, defendeu que o país avance em uma reforma tributária, uma das prioridades da atual gestão federal, e afirmou que o estado será parceiro nesse objetivo. “São Paulo, obviamente, vai ser parceiro do governo federal, tem interesse em ver essa reforma tributária aprovada”, disse a jornalistas, na tarde de quinta-feira (9), após se reunir com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, no Palácio do Planalto, em Brasília.

A reforma tributária vai ser discutida a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator do grupo é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo federal não vai encaminhar proposta própria,

mas aproveitar o teor desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los.

Para o governador, a reforma é um assunto de complexa negociação política. “Não é uma coisa fácil. Hoje, a gente tem uma indústria, no Brasil, que é sobretaxada e nós temos setores que pagam pouco imposto. Ora, se você quer tirar imposto da indústria, alguém vai pagar mais, e aí envolve uma harmonização desses interesses que vai demandar muita habilidade, muito esforço de costura”.

Sobre o melhor caminho para avançar na pauta, Tarcísio sugere resolver o tema por partes, começando por uma simplificação tributária. “Resolve o que é mais fácil primeiro, simplifica os tributos federais, uniformiza a regra de ICMS. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Servi-

ços para os estados, isso vai ter a possibilidade, por exemplo, de eliminar parte dessa guerra fiscal. Depois, você vai dando outros passos”, comentou.

Tarcísio também falou sobre a proposta para o novo arcabouço fiscal do país, que deve ser apresentada nos próximos dias pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A nova regra deverá substituir a emenda constitucional do teto de gatos, que limita o crescimento de grande parte das despesas da União à inflação do ano anterior.

Na semana passada, o Ministério da Fazenda concluiu a modelagem da proposta, que

foi enviada ao Ministério do Planejamento para orientar a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

“É importante que o Brasil mantenha o seu compromisso com a solvência. A boa mensagem fiscal é o que traz confiança, elimina o ruído que, no final das contas, mexe na curva de juros de longo prazo, dá o apetite para o investidor, isso é fundamental para o Brasil ir bem”, afirmou.

Recentemente, o ministro da Fazenda informou que pretende divulgar o modelo de arcabouço fiscal antes da próxima reunião do Comitê de Política Mone-

tária (Copom) do Banco Central, que ocorrerá em 21 e 22 de março. A expectativa da equipe econômica é que o projeto dê segurança para que a autoridade monetária inicie o processo de queda da Selic (taxa básica de juros).

A principal pauta da reunião entre o governador de São Paulo e o ministro-chefe da Casa Civil foi o avanço do projeto de privatização do Porto de Santos, administrado pelo governo federal. Defensor da proposta, Tarcísio de Freitas disse que a conversa abordou aspectos da modelagem dessa concessão. Iniciada no governo de Jair Bolso-

naro, o modelo de privatização do porto está atualmente em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo cálculos do governador, que foi ministro da Infraestrutura na gestão passada, os investimentos previstos ultrapassam os R\$ 19 bilhões ao longo de 35 anos de concessão.

“A concessão do Porto de Santos tem muito a ver com a manutenção da competitividade do Porto”, observou. “Não tem nada mais transformador para a Baixada Santista do esse projeto de concessão do porto, porque nada vai mobilizar tanto recurso”, acrescentou. (Agência Brasil)

Instituições culturais têm programação para o mês da mulher

Para celebrar o mês das mulheres, instituições da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo prepararam programações especiais, incluindo curso para a criação de histórias em quadrinhos (HQs), oficinas artísticas, crítica literária feminina, declamação de poesia, feira de empreendedorismo e debates sobre liderança. Na capital paulista, a Biblioteca Parque Villa-Lobos promoveu na sexta-feira, (10), a oficina Ilustrar com Pincéis, encontro em que os participantes conhecerão a tinta sumi (de fuligem vegetal) e aprenderão a usar essa técnica. A partir da leitura de poemas escrito por mulheres, criarão imagens para ilustrar cada um deles.

Na Casa Guilherme de Almeida, uma visita presencial terá como tema a vida de Belkiss Barroso do Amaral, mais conhecida como Baby. Ela foi a primeira pessoa a atuar no processo de musealização da casa onde viveu o poeta Guilherme de Almeida. A visita será no dia 12, das 14h às 15h.

Na Biblioteca de São Paulo, o curso Mulheres e Quadrinhos provoca a reflexão sobre os direitos das mulheres e a equidade de gênero. Destinada a participantes de qualquer identidade de gênero, o curso de HQs traz técnicas básicas de produção e roteiro, do rascunho à colorização. Como exercício prático, os participantes vão criar uma HQ

contando a história de uma mulher inspiradora, empoderada, que trilhou o caminho da emancipação feminina e que inspira novas gerações a lutarem por seus direitos. Podem participar pessoas a partir de 14 anos. A inscrição pode ser feita a partir de 17/02, e o curso será nos dias 18 e 25 de março, das 13h às 17h.

No dia 11, às 16h, a Casa das Rosas recebe o sarau Declama, mulher! Dividido em dois momentos - o primeiro com apresentações de artistas convidadas e o segundo com o microfone aberto para quem quiser declamar poemas de autoria feminina. No dia 18, às 17h, o Slam das Minas de São Paulo promove uma disputa de poesia falada com autoria feminina e trans. A “batalha” será em três rodadas, duas de competição geral entre participantes e a última apenas de finalistas.

No Museu da Língua Portuguesa, o protagonismo das mulheres é o destaque com o sarau Língua Afiada e Plataforma Conexões, nos dias 18 e 24, ainda sem horário definido. No Museu do Futebol, a Feira Ilê-Ifê de Empreendedores realiza dia 11, das 10h às 17h, uma edição especial com empreendedoras mulheres, na área externa do Museu do Futebol. As expositivas apresentarão produtos de moda, culinária, artesanato e outras criações independentes. Um grupo de samba formado só por mulheres anima a programação.

No Paço das Artes, a exposição NÓS - Arte & Ciência por mulheres traz a trajetória das mulheres na produção do conhecimento, desde a sabedoria ancestral das feiteiras e curandeiras até a presença das mulheres nas instituições científicas hoje. No Museu das Favelas, o workshop Empreendedoras Negras promove, dia 25, um encontro na semana dedicada à comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

No Museu das Culturas Indígenas, dia 23 das 10h às 16h, haverá a roda de conversa Os caminhos do protagonismo, propondo a reflexão sobre a presença da mulher indígena, o protagonismo diário, seus lugares, suas frentes - na saúde, na arte, na educação, na política, entre outros. O dia ainda terá Brisa Flow, a vivência política e artística na oficina de confecção de bandeiras, com uma intervenção no prédio do MCI. Em seguida, uma visita ao museu e suas exposições.

No Museu da Diversidade Sexual, será exibida a série de vídeos Mulheridades, que trará diferentes formas de interseccionalidades. Mulheres contarão histórias e falarão sobre papéis de gênero, autoidentificação e o que mais acharem importante. O projeto começou no último dia 8. Na Oficina Cultural Juan Serrano, haverá capacitação artística para produção de colares, a partir da linguagem e técnicas da joalheria contemporânea artesanal, com uso de materiais como fios de malha, algo-

do, aviamentos, botões, pequenos objetos. Os colares produzidos poderão ser levados para casa sem custos. As inscrições devem ser feitas até o dia 13 e as oficinas ocorrem de 15 a 29, das 14h30 às 17h.

A Oficina Cultural Alfredo Volpi traz, no dia 18, às 14h, o sarau e lançamento do livro Travessias, contando com acessibilidade em libras e sendo exibido em live nas redes sociais do projeto @prociromulheresque-somhamfuturo. Com um piquenique, o evento inclui a distribuição gratuita de exemplares do livro Travessias e um sarau com mulheres com mais de 30 anos, que poderão apresentar obras inéditas como incentivo a quem ainda quer começar uma carreira artística.

Na Fábrica de Cultura Brasileira, no dia 24, às 14h, será feita uma reflexão a partir do livro A liberdade é uma luta constante, de Angela Davis, sobre o dia 8 de março, a luta de mulheres negras, qual foi o espaço destinado a elas nesse período histórico e a importância de pensar o feminismo negro e as especificidades do que é ser uma mulher negra. Na Fábrica de Cultura Capão Redondo, o Festival afirma mulher, com o Coletivo Samba Rock Nato, pretende difundir e fomentar essa cultura por meio da dança, e um baile com músicas específicas desse estilo musical. Será no dia 26, das 14h às 18h. (Agência Brasil)

Descomplica abre inscrições para o “Chegou a Minha Vez”, projeto que visa auxiliar 100 mil jovens e adultos a concluírem o Ensino Médio

A Descomplica, edtech referência em ensino digital, está com inscrições abertas para o programa “Chegou a Minha Vez”, que oferece bolsas de estudo integrais para jovens e adultos que desejam prestar o Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e conquistar o diploma do Ensino Médio. De abrangência nacional, para concorrer a uma vaga basta ter mais de 18 anos, ser alfabetizado e não ter concluído o Ensino Médio. As inscrições podem ser feitas até o dia 15 de março, no site.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 69 milhões de brasileiros com mais de 25 anos não concluíram os estudos e 75% dos jovens entre 18 e 24 anos estão atrasados ou abandonaram a escola. Entre os motivos mais comuns estão a

necessidade de priorizar o trabalho, apontada por 39% do público; a dificuldade de conciliar os estudos com as tarefas domésticas, 11,5%; e a gravidez, 23,8%.

“A inclusão e a democratização do ensino estão em nosso DNA. O ‘Chegou a Minha Vez’ é a chance de escrever uma nova história e ajudar milhares de jovens e adultos que precisaram se afastar dos estudos. Para a Descomplica, é incrível ajudar a mudar essas vidas por meio da educação”, diz Ricardo Araújo, diretor de Novos Negócios e Operações - B2B da Descomplica.

O objetivo da Descomplica é transformar a vida dos estudantes ao ajudá-los na conquista do Diploma do Ensino Médio. Com ele, é possível alcançar melhores vagas de emprego, promoções e recuperar a autoestima. Com o curso, que já foi oferecido para os colaboradores de

empresas como iFood e Natura, a marca impactou mais de 7 mil vidas em 2022 e deseja ajudar 100 mil alunos no total. Dessa forma, a edtech também ajuda a reduzir a janela de R\$220 milhões na economia brasileira resultada da evasão escolar no país.

Para isso, o projeto conta com plano de estudos, material de apoio, aulas gravadas e ao vivo, atendimento especial e acesso à comunidade de alunos, tudo pensado para tornar o ensino mais acessível. Por ser gratuito e digital, é possível ainda que o aluno faça seus horários e decida a melhor forma de conciliar o ensino com a sua rotina diária, conquistando o sonhado diploma do Ensino Médio por meio do Enceja.

Coordenada pela Descomplica Empresas, a ação é custeada por marcas, que têm seus investimentos revertidos em

bolsas 100% gratuitas para os alunos interessados. Em contrapartida, a Desco Social amplia o número de vagas oferecendo 50% a mais de bolsas sobre o que o patrocinador adquire.

Fundada em 2011, a Descomplica tem como missão democratizar o acesso à educação em diversas fases da vida. A empresa atua com aulas 100% online e oferece cursos preparatórios para Enem e vestibulares. Por meio da Descomplica Faculdade Digital, são oferecidos cursos de graduação e pós-graduação focados no aumento da empregabilidade dos jovens e na modernização do mercado de trabalho.

Serviço

Inscrições: até o dia 15/03
Link e mais informações:
h t t p s : / /
www.chegouaminhavez.com.br/

Governo distribui refeições produzidas em carretas profissionalizantes do Estado

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, enviou ao litoral norte duas carretas equipadas com cozinhas industriais para a produção de marmitas a serem distribuídas para pessoas em situação de vulnerabilidade impactadas com a recente tragédia causada pelas chuvas e aos trabalhadores da linha de frente na reconstrução da região.

As carretas que habitualmente são utilizadas para oferecer

cursos de qualificação profissional na área gastronômica têm capacidade de produção média de 240 refeições por período, no entanto, elas são feitas de acordo com a demanda local.

Desde quando chegaram, na quarta-feira (8), mais de 250 marmitas já foram produzidas e distribuídas. Uma das unidades está localizada na Barra do Sahy e a outra em Boicunganga, em São Sebastião.

“Nosso objetivo é apoiar a gestão municipal na recuperação

de toda a região afetada pelas fortes chuvas, com a produção de refeições para população em estado de vulnerabilidade por meio dos laboratórios móveis de cozinha utilizados na qualificação profissional”, explica Leandro Franco, coordenador de ensino profissionalizante na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Ao todo, são 13 profissionais atuando, sendo nove cozinheiras e um nutricionista, do Bom Prato – Secretaria de De-

envolvimento Social, um nutricionista da Prefeitura de São Sebastião e dois coordenadores, do Centro Paula Souza.

Os alimentos utilizados são fornecidos pela administração municipal que também é responsável por toda operação logística de distribuição, tanto na retirada das refeições prontas e embaladas, quanto no transporte até os locais onde estão alojadas as pessoas às quais as refeições são destinadas.



CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Inundações, incêndios e desabamentos, por toda a cidade, destacam ainda mais a importância do major Palumbo (PP), 1º bombeiro no mandato de vereador

PREFEITURA (São Paulo)
O cristão católico Nunes (MDB) não vai enfrentar em 2024 só o Boulos (PSOL do PT). Vai enfrentar “progressismos” da sua igreja que não imitam o Cristo Jesus

ASSEMBLEIA (São Paulo)
O maior e mais importante parlamento estadual do Brasil vai apresentar ‘BBBs’ e ‘Fazendas’ ao vivo, que podem colocar no ‘chinelos’ os da Globo e Record (tvs)

GOVERNO (São Paulo)
Diferentemente do Tarcísio (Republicanos), que veio do Rio trazendo alguma ética cristã, o ex-governador (RJ) Cabral segue ‘descobrimo o Brasil’ após 2023 anos

CONGRESSO
Ex-vereador e ex-presidente na Câmara paulistana; ex-senador; ex-ministro (Transportes) e agora deputado federal (PL - SP), o católico Antonio Carlos Rodrigues ...

(Brasil)
... tá agradecendo a Deus ter uma família com mulheres como foi a mãe - dona Lita - a esposa Gilda, a filha Viviane, as noras, as netas, as secretárias e as assessoras

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Está lançada a sorte dos presidenciais em 2026. Os ministros Fernando Haddad (PT do Lula parte 3) na Fazenda e a ministra (Planejamento) Simone Tebet (MDB)

PARTIDOS
Saiu a fusão do Patriota (51), que foi do Adilson Barroso (hoje suplente de deputado federal pelo PL - SP), com o PTB (14), que foi do ex-deputado federal (Rio) ...

(Brasil)
... Tem político profissional gozando : “já que ficaram com a legenda 25, que resgatassem o Democrata (ex-PFL), em vez de PRD (Partido da ‘Renovação’ Democrática)”

ANO 31
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

União compensará estados em R\$ 26,9 bi por ICMS de combustíveis

Após pouco mais de dois meses de negociações, a União e as unidades da Federação fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R\$ 26,9 bilhões até 2026.

O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 governadores nas negociações. Segundo Ceron, dos R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões serão pagos pela União neste ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso.

“Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R\$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Esse acordo representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando”, disse Haddad, referin-

do-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado.

Segundo Haddad e Fonteles, o acordo será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O ministro e o governador piauiense também levarão os termos do documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneraram o ICMS dos combustíveis no ano passado.

Etapas

Da devolução total de R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 9 bilhões já foram compensados aos estados por meio de liminares concedidas pelo STF, que suspenderam o pagamento de parcelas das dívidas de estados à União. Nesses casos, haverá um acerto de contas para verificar o saldo que cada unidade da Federação ainda tem a receber.

Segundo Haddad, pelo me-

nos dois estados, São Paulo e Piauí, deixaram de pagar parcelas das dívidas mais do que têm direito a receber. Nesses casos, será dado um tratamento específico para a devolução dos recursos compensados a mais.

Nos demais estados, que têm recursos a receber, o saldo remanescente será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago com aportes da União (a estados com pequenas dívidas ou sem débitos com o governo federal) até 2026.

Com base no saldo restante, o dinheiro será parcelado da seguinte forma. Os estados com até R\$ 150 milhões em compensações receberão 50% em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. Os estados com compensações entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões, receberão um terço do valor em 2023 e dois terços em 2024. Os estados com mais de R\$ 500 milhões, receberão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Os estados em Regime de Recuperação Fiscal - Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul - receberão da mesma forma

que os demais, com a diferença de que poderão abater R\$ 900 milhões na parcela das dívidas com a União em 2026. Por estarem em recuperação fiscal, esses estados estão quitando os débitos com o governo federal em condições especiais, enquanto executam programas locais de ajuste fiscal.

Histórico

Em junho do ano passado, as leis complementares 192 e 194 impuseram um teto de 17% ou de 18% (dependendo do estado) para o ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público. Anteriormente, havia estado que cobrava mais de 30% de ICMS sobre os combustíveis.

Durante a tramitação das leis, os parlamentares inseriram um artigo obrigando a União a compensar as perdas de arrecadação do ICMS, tributo arrecadado pelos estados. O governo anterior vetou o dispositivo, mas o Congresso derrubou o veto, obrigando o governo federal a pagar alguma compensação a partir deste ano.

No fim do ano passado, o STF deu 120 dias para que a União e as unidades da Federação chegassem a um entendimento. A principal dificuldade consistia em estimar a perda de arrecadação. Durante a negociação, a conta variou entre R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões. No início de fevereiro, o Tesouro Nacional havia anunciado a intenção de parcelar a compensação.

“A conta dos governadores era mais bem embasada, mas chegava a um número bastante difícil para nós de lidar. A reparação estava entre 18 bi, bilhões de reais e 45 bi, bilhões de reais. Quando é um acordo, nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que faz com base em parâmetros. Tecnicamente, o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bilhões”,

explicou Haddad.

O governador do Piauí, que até o ano passado era presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz), elogiou as negociações. Segundo ele, o acordo serve de experiência para as discussões sobre a reforma tributária.

“Esse diálogo aconteceu de maneira muito tranquila, receptiva de parte a parte. Acho que isso vai contribuir para a nova etapa, que é a discussão da reforma tributária. Sem sombra de dúvidas, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS, que precisa ser reformado de fato, e o país ser colocado em linha com a experiência internacional”, disse Fonteles. (Agência Brasil)

PCA sobe 0,84% em fevereiro, informa IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura a inflação oficial do país, subiu 0,84% em fevereiro. Com o resultado, o indicador acumulou alta de 1,37% no ano e de 5,60% nos últimos 12 meses, percentual mais baixo do que os 5,77% verificados no período imediatamente anterior. Em fevereiro de 2022, a variação foi 1,01%. Os dados foram divulgados na sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O maior impacto no índice de fevereiro foi causado pelo grupo Educação que pesou 0,35 ponto percentual, ao apresentar a maior variação (6,28%). “É a taxa mais alta desde fevereiro de 2004, quando teve variação de 6,7%”, informou o IBGE.

Na sequência ficaram Saúde e Cuidados Pessoais, com alta de 1,26%, e Habitação que avançou 0,82%, em relação a janeiro, influenciando o resultado com 0,16 e 0,13 ponto percentual, respectivamente. Em movimento contrário, Transportes (0,37%) e Alimentação e bebidas (0,16%), mesmo com as elevações, recuaram na comparação ao mês anterior. “Os demais grupos ficaram entre 0,11% de Artigos de Residência e 0,98% de Comunicação”, completou o IBGE.

Para o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov, o avanço da Educação em fevereiro já era esperado, porque os reajustes aplicados pelos estabelecimentos de ensino na virada do ano são contabilizados neste mês. “Normalmente, essa alta de educação fica indexada ao próprio IPCA, ou seja, o reajuste das mensalidades é baseado na inflação do ano anterior”, disse, conforme a publicação.

Entre os reajustes que mais impactaram o grupo Educação estão o dos cursos regulares, que aumentaram 7,58%, puxados pelas altas de ensino médio (10,28%), ensino fundamental (10,06%), pré-escola (9,58%) e creche (7,20%). O maior impacto individual no IPCA de fevereiro foi o do subitem ensino fundamental, com 0,15 ponto percentual. Tiveram destaques ainda os avanços no ensino superior (5,22%), nos cursos técnicos (4,11%) e de pós-graduação (3,44%).

Em Saúde e Cuidados Pessoais, a alta de 2,80% nos preços dos itens de higiene pessoal foi o que contribuiu para a variação de 1,26% no grupo. Depois de caírem 5,86% em janeiro, os perfumes subiram 7,50% e pesaram 0,08 ponto percentual no índice do mês. Os preços dos produtos para pele avançaram 4,54%, com impacto de 0,02 ponto percentual, no IPCA de fevereiro. “Houve, ainda, o resultado do plano de saúde (1,20%), que segue incorporando as frações mensais dos planos novos e antigos referentes ao ciclo de 2022-2023”, revelou o IBGE.

No grupo Habitação, que subiu 0,82%, a maior pressão (0,05 ponto percentual) partiu da energia elétrica residencial (1,37%). “As variações das

áreas ficaram entre -2,04% em Rio Branco, onde houve redução de Pis/Cofins, até 6,98% em Belo Horizonte, onde as tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) foram reincluídas na base de cálculo do ICMS, a exemplo do que ocorreu também em outras áreas, como Curitiba (5,94%) e Vitória (4,98%)”, relatou o IBGE, acrescentando que a volta dessa cobrança adicional foi decorrente de decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

O grupo Vestuário foi o único entre os nove grupos de produtos e serviços pesquisados, que teve variação negativa (-0,24%). Além disso, os recuos em roupas masculinas (-0,58%) e femininas (-0,45%) reforçaram o resultado. “Esse grupo vinha apresentando sucessivas altas há muito tempo. É natural, portanto, que os preços comecem a baixar”, observou o gerente da pesquisa.

A alta de 1,16% na gasolina foi a maior contribuição para o grupo Transportes (0,37%), com o peso de (0,05 ponto percentual). O combustível foi o único que registrou elevação em fevereiro. As quedas na comparação ao mês anterior. “Os demais grupos ficaram entre 0,11% de Artigos de Residência e 0,98% de Comunicação”, completou o IBGE.

Para o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov, o avanço da Educação em fevereiro já era esperado, porque os reajustes aplicados pelos estabelecimentos de ensino na virada do ano são contabilizados neste mês. “Normalmente, essa alta de educação fica indexada ao próprio IPCA, ou seja, o reajuste das mensalidades é baseado na inflação do ano anterior”, disse, conforme a publicação.

Entre os reajustes que mais impactaram o grupo Educação estão o dos cursos regulares, que aumentaram 7,58%, puxados pelas altas de ensino médio (10,28%), ensino fundamental (10,06%), pré-escola (9,58%) e creche (7,20%). O maior impacto individual no IPCA de fevereiro foi o do subitem ensino fundamental, com 0,15 ponto percentual. Tiveram destaques ainda os avanços no ensino superior (5,22%), nos cursos técnicos (4,11%) e de pós-graduação (3,44%).

Em Saúde e Cuidados Pessoais, a alta de 2,80% nos preços dos itens de higiene pessoal foi o que contribuiu para a variação de 1,26% no grupo. Depois de caírem 5,86% em janeiro, os perfumes subiram 7,50% e pesaram 0,08 ponto percentual no índice do mês. Os preços dos produtos para pele avançaram 4,54%, com impacto de 0,02 ponto percentual, no IPCA de fevereiro. “Houve, ainda, o resultado do plano de saúde (1,20%), que segue incorporando as frações mensais dos planos novos e antigos referentes ao ciclo de 2022-2023”, revelou o IBGE.

Governo “não pode ficar chorando o dinheiro que falta”, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez na sexta-feira (10), em Brasília, uma reunião ampliada com 13 ministros do governo para discussão de projetos de infraestrutura para o país. De acordo com o presidente, é papel do governo alavancar os investimentos para impulsionar a geração de empregos e o crescimento econômico do país.

“Não podemos ficar chorando o dinheiro que falta, temos que utilizar bem o dinheiro que temos. Por isso o Fernando Haddad é ministro da Fazenda, porque ele é criativo, se a gente não tiver dinheiro a gente vai atrás dele e ele vai ter que arrumar. Ele e a Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento vão arranjar o dinheiro que precisamos para fazer investimentos no país”, disse Lula ao abrir a reunião, no Palácio do Planalto.

“Nós vamos dizer que PIB, Produto Interno Bruto, vai crescer porque vamos fazer crescer, porque vamos gerar emprego com as pequenas coisas, vamos

fazer investimento”, ressaltou o presidente.

Bancos públicos

Segundo Lula, outras reuniões sobre o tema devem incluir também os bancos públicos, como Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para ele, é papel dessas instituições dar crédito a pequenos e médios empreendedores, cooperativas, grandes empresários e para governos estaduais e municipais que têm capacidade de endividamento.

“Por que não emprestar dinheiro para essa gente? Não pode ser proibido emprestar dinheiro para construir um ativo que vai aumentar o patrimônio desse país, que vai melhorar a qualidade de vida do povo”, argumentou.

“Não dá pra ficar achando que o gostoso é guardar dinheiro. Dinheiro bom é dinheiro transformado em obras, na melhoria da qualidade de vida do povo, em saúde, educação e, sobretudo, emprego, que é o que

dá dignidade ao povo brasileiro”, completou o presidente da República.

Lula lembrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em seu primeiro governo com foco nas realizações de obras, e sugeriu a criação de um novo programa ao ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

“Tenho certeza que vocês vão me surpreender nessa reunião com o que já tem de propostas para fazermos, vi aqui ‘eixos do novo PAC’. Queria até sugerir ao companheiro Pimenta que é importante colocar a criatividade da comunicação em funcionamento para criarmos um novo nome, o PAC foi muito importante, produziu muita coisa, mas se pudermos criar um novo programa isso mostra que a gente está renovando e inovando, que temos criatividade para fazer outras coisas”, explicou.

Diálogo com estados e municípios

Para o presidente, o sucesso

do PAC aconteceu em razão do diálogo com governadores e prefeitos na identificação de políticas de infraestrutura que eram fáceis de executar.

“O PAC foi uma coisa extraordinária. Acho que foi o momento mais rico de investimento no país porque envolvia os governos federal, estaduais e municipais. Nós aprendemos que era importante que se transferisse dinheiro para a prefeitura que tem projeto”, afirmou.

No fim deste mês, Lula fará uma viagem para a China e a sua expectativa é, ao retornar, já começar a inauguração de obras. Segundo o presidente, ao tomar posse, o novo governo encontrou 14 mil obras paradas pelo país, muitas faltando pouco para a conclusão.

Em publicação no twitter, ele anunciou o programa Mãos à Obra, com o objetivo de identificar, em diálogo com prefeitos, as obras prioritárias em cada cidade e região. O lançamento da plataforma acontece na tarde desta sexta-feira, em Brasília. (Agência Brasil)

Inflação medida pelo INPC avança para 0,77% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de fevereiro em 0,77%. O percentual é maior que o do janeiro, quando o índice ficou em 0,46%. No ano, o indicador acumula alta de 1,23% e, nos últimos 12 meses, de 5,47%, o que significa um recuo em relação aos 5,71% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2022, a taxa ficou em 1%. O resultado foi divulgado na sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contribuiu para o resultado a desaceleração de 0,52% em

janeiro para 0,04% em fevereiro nos preços dos produtos alimentícios. Em sentido contrário, os produtos não alimentícios avançaram e registraram em fevereiro alta de 1,01%, enquanto em janeiro o aumento tinha sido de 0,44%.

Regiões

Conforme o indicador de fevereiro, todas as áreas apresentaram variação positiva no mês. Brasília foi a que teve menor resultado (0,34%), sob impacto das quedas nos preços da gasolina (-2,43%) e das passagens aéreas (-10,06%). Já a maior variação foi em Curitiba

(1,02%), onde ocorreram elevações de 6,22% na energia elétrica residencial e de 3,37% da gasolina.

“Para o cálculo do índice do mês, foram comparados os preços coletados no período de 28 de janeiro a 28 de fevereiro de 2023 (referência) com os preços vigentes no período de 28 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2023 (base)”, informou o IBGE, em publicação no seu site.

INPC

De acordo com o IBGE, calculado desde 1979, o INPC abrange as famílias com rendi-

mentos de um a cinco salários mínimos, residentes nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. As unidades de coleta do indicador são estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e internet e a pesquisa estende-se, em geral, do dia 1º a 30 do mês de referência. (Agência Brasil)

Inflação da construção civil cai para 0,08% em fevereiro, diz IBGE

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) registrou inflação de 0,08% em fevereiro deste ano. A taxa ficou abaixo das observadas em janeiro deste ano (0,31%) e de fevereiro de 2021 (0,56%).

Segundo dados divulgados na sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sinapi acumulado em 12 meses chegou a 9,92%, abaixo dos 10,45% acu-

mulados até janeiro.

Com a inflação de fevereiro, o custo nacional da construção por metro quadrado chegou a R\$ 1.685,74.

A parcela dos materiais teve

alta de preços de 0,10% no mês e passou a custar R\$ 1.001,94 por metro quadrado. Já o custo da mão de obra subiu 0,04% e passou a ser de R\$ 683,80. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Ibama e PRF desmontam mais de 190 acampamentos na Terra Yanomami

Moraes solta outros 80 presos nos atos golpistas de 8 de janeiro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou na sexta-feira (10) a soltura de mais 80 homens presos após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Os investigados respondem por incitação ao crime e associação criminosa.

Em troca da concessão de liberdade, os acusados deverão cumprir medidas cautelares, como uso de tomoeleira eletrônica, proibição de usar as redes sociais e de sair do país, além da suspensão de autorizações para porte de arma de fogo. A decisão contou com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

De acordo com o STF, das 1,4 mil pessoas presas após os atos golpistas, 440 homens e 82 mulheres continuam detidos em presídios do Distrito Federal. Os demais também foram libertados.

Até o momento, a PGR fez 919 denúncias contra os investigados. Do total, 700 envolvem a conduta de incitação ao crime, incitação de animosidade das Forças Armadas contra as instituições democráticas e associação criminosa, e 219 são sobre os crimes de dano qualificado, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. (Agência Brasil)

Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) desmontaram mais de 190 acampamentos instalados por garimpeiros que atuam ilegalmente no interior da Terra Indígena Yanomami.

A ação faz parte da Operação Omawe, deflagrada na primeira quinzena de fevereiro. Batizada com o nome de um herói ancestral yanomami, a ação conjunta visa retirar todos os não índios da reserva de usufruto exclusivo da etnia.

Os fiscais ambientais e os policiais rodoviários federais também inutilizaram mais de 100 equipamentos como balsas, geradores de energia elétrica, motores e embarcações. Também apreenderam cerca de 19 mil quilos de cassiterita extraídos de forma ilegal do interior da terra indígena.

A destruição do maquinário pesado e de outros instrumentos e produtos químicos visa a desestimular que garimpeiros, já identificados, retornem aos acampamentos e recuperem os

itens apreendidos que a operação não consegue retirar do local, dadas as dificuldades de acesso à área.

Com cerca de 9,6 milhões de hectares, a terra indígena abrange parte dos estados de Roraima e Amazonas. Cada hectare corresponde a aproximadamente às medidas de um campo oficial de futebol.

A Operação Omawe faz parte das ações que o governo federal implementou a partir de janeiro para tentar solucionar a crise humanitária que se abateu sobre a Terra Indígena Yanomami. Motivado pelas denúncias de que a atividade ilegal de garimpeiros está destruindo a floresta, contaminando os rios que abastecem as comunidades locais e afetando as condições de sobrevivência das populações, o Executivo federal enviou para a região, ainda em janeiro, uma equipe de técnicos do Ministério da Saúde.

No local, os servidores públicos da saúde se depararam com crianças e idosos desnutridos - muitos pesando bem abaixo do mínimo recomendável -,

além de pessoas com malária, infecção respiratória aguda e outras doenças sem receber qualquer tipo de assistência médica. Constatação que motivou o Ministério da Saúde a declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no território indígena, o que, na prática, permite ao Poder Executivo federal adotar medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública em caráter de urgência.

O governo federal também instalou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE), subordinado à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), e encarregado de coordenar as respostas do poder público à situação emergencial. Profissionais da Força Nacional do Sistema Único de Saúde foram deslocados para atender aos pacientes levados à Casa de Saúde Indígena Yanomami, em Boa Vista, e aos hospitais de campanha que o Exército montou em Roraima. Até esta quinta-feira (9), ao menos 1.732 yanomami já tinham sido atendidos no HCamp da capital.

Segurança Pública também reforçou os efetivos da Polícia Federal (PF) e da Força Nacional de Segurança Pública para, entre outras medidas, assegurar a integridade dos profissionais da saúde que estão atuando no local. Com o mesmo objetivo, a PRF informou já ter destacado 85 agentes, várias viaturas e dois helicópteros para a missão. O Ibama, por sua vez, mobilizou várias equipes de fiscais ambientais e ao menos três aeronaves.

Com base no Decreto 11.405/2023, a Força Aérea Brasileira (FAB) restringiu os voos sobre a Terra Indígena Yanomami e adjacências, implementado a Zona de Identificação de Defesa Aérea. Militares da FAB também estão apoiando logisticamente a distribuição de alimentos e remédios para as aldeias yanomami e o transporte de indígenas que precisam de cuidados médicos. Até esta quinta-feira, cerca de 14.254 cestas básicas já tinham sido entregues às aldeias e 137 pessoas tinham sido transportadas para receber atendimento médico. (Agência Brasil)

Aumento nos repasses da merenda escolar chega a 39%

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um aumento de até 39% no valor repassado pelo governo federal para estados e municípios custearem a merenda escolar na rede pública de ensino. A estimativa do governo é investir R\$ 5,5 bilhões no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) neste ano, um aumento de cerca de R\$ 1,5 bilhão em relação ao orçamento anterior. O reajuste, que não era corrigido há quase seis anos, foi anunciado em evento com prefeitos na tarde da sexta-feira (10), no Palácio do Planalto. A medida vai beneficiar cerca de 40 milhões de alunos de escolas públicas.

“Desde 2017 as merendas escolares não tinham aumento. Hoje, anunciamos um aumento de 39% da verba para ensino fundamental e médio e um investimento direto de R\$ 5,5 bilhões, atingindo 40 milhões de estudantes do ensino público”, destacou o presidente em postagem nas redes sociais.

Segundo o governo, o valor destinado por aluno do ensino fundamental e médio terá acréscimo maior, de 39%, acima do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação no período. Nessa faixa, está concentrada a maior parte dos alunos da rede pública, 60,5%, totalizando 24 milhões de estudantes.

Para os cerca de 3,6 milhões de alunos de pré-escola e da educação básica para indígenas e quilombolas, o reajuste será de 35%. No caso de 11,7 milhões de crianças em creches, alunos de escolas em tempo integral, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do atendimento especializado, a correção será de 28%.

“Com esse reajuste, ganha também a produção sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, que vão garantir a comida de diversidade de nossas crianças e adolescentes”, observou o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. Pelo PNAE, pelo menos 30% dos recursos devem ser usados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Para o ministro da Educação, Camilo Santana, o PNAE foi um dos programas que ajudou o Brasil a sair do mapa da fome. Ele também anunciou a liberação, esta semana, de R\$ 250 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC, para dar continuidade a obras de reforma e construção de escolas e creches em municípios. Na semana que vem, segundo ele, serão liberados outros R\$ 350 milhões para a mesma finalidade. (Agência Brasil)

Governo federal passará a fazer investimento direto por PPP

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na sexta-feira (10) que o novo plano de investimento do governo federal, em substituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será anunciado em abril, com a adoção de parceria público-privada (PPP) para alavancar investimentos em obras por todo o país. As diretrizes, cronograma e estruturação do plano foram apresentadas em reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pedido de Lula, inclusive, o programa terá novo nome.

Rui Costa conversou com a imprensa após o encontro que reuniu ministros da área de infraestrutura para apresentação dos planos de cada pasta para os primeiros 100 dias de governo, para 2023 e para os próximos anos. Segundo Costa, na semana que vem, Lula fará reuniões com os ministros da área social - Saúde, Educação e Mulheres - e da área produtiva - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Indústria e Comércio.

Uma das diretrizes do novo plano de investimento é usar o instrumento de PPP com a participação direta do governo federal ou em parceria com estados e municípios. “Esse plano vai reunir os investimentos diretos federais, de orçamento público da União, os investimentos através de concessões do governo federal, e vamos iniciar o que estados e municípios, especialmente estados, já fazem há alguns anos, projetos

de PPP”, disse. Costa explicou que, apesar de regulamentado e ter resultados positivos, na maioria dos casos, o governo federal nunca usou essa ferramenta diretamente. “Agora vamos utilizar o instrumento de PPP para alavancar os investimentos em infraestrutura do país.”

No mesmo sentido, o presidente Lula orientou a racionalização de recursos públicos, com a redução de custeio, quando possível, para aumentar os investimentos. Se necessário, os órgãos públicos poderão fazer a licitação de contratos. “Mas, quando me refiro a PPP e concessões, estamos sinalizando a investidores, falando de atrair investimentos privados”, completou.

Segundo o ministro, já foram realizadas reuniões bilaterais com representantes de todos os estados para sistematizar a demanda de obras prioritárias de cada governo estadual. Nesta tarde, o governo federal lançou a atualização de uma plataforma de acompanhamento de obras para os municípios.

O novo plano também incluirá obras que estão em andamento. Costa afirmou que o governo editará uma medida provisória para viabilizar a conclusão das 4 mil obras na área da educação que foram paralisadas. Os investimentos serão em torno de R\$ 4 bilhões.

Entre as medidas legais para a rápida retomada de obras, o ministro citou a atualização de valores de contratos, já que a inflação mais acentuada defasou

os preços na construção civil. O objetivo é concluí-las até o final deste ano.

“Uma das medidas é a atualização dos valores para permitir a conclusão das obras e viabilizar e entregar equipamentos importantes como creches e escolas, que estão, muitas delas, com 50%, 60%, 80% concluídas, e evitando com isso um recuo maior dessas obras. Uma obra não entregue. Quando chega a 90%, ela vai envolver, seja pelo efeito do tempo, ou de vândalos que roubam equipamentos instalados”, acrescentou Rui Costa.

Nos próximos dias, o governo pretende lançar o programa Água Para Todos, para atração de investimentos em saneamento e outras medidas relacionadas à água potável. Para isso, Lula deve assinar decreto com uma nova regulamentação para o setor, para diversificar os modelos de contratação dos serviços.

“Estamos buscando promover o entendimento do setor privado ao setor público, principalmente as empresas estaduais, que detêm a maior parte das concessões de esgotamento de água no país. Estamos produzindo um decreto que, com quase a sua totalidade, será consensual entre o setor privado e o setor público”, explicou Costa. “Vivemos em um país continental, com diversidade de renda, tamanho das cidades e realidades de infraestrutura diferentes. A solução para o Brasil não é única”, completou.

Ainda em breve, o governo assinará contratos de R\$ 3 bi-

lhões em novas linhas de transmissão de energia. Rui Costa informou que, até julho, o Ministério de Minas e Energia deve licitar mais R\$ 9 bilhões para o setor. “O Brasil virou referência internacional em energia renovável, os investimentos em projetos, como parques solares e eólicos, estão acontecendo nos estados, e o gargalo eram as linhas de transmissão”, disse o ministro, explicando que em torno de 15% da energia gerada no país não é utilizada em razão da falta de linhas.

O governo federal pretende também retomar aplicações em fundos regionais de desenvolvimento, como o Fundo do Nordeste, para alavancar o financiamento de projetos privados e dos estados. A intenção é criar um fundo garantir específico para viabilizar as PPP.

Segundo o ministro da Casa Civil, há fundos de desenvolvimento específicos que foram criados, mas que não foram materializados ao longo do tempo, como o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional de Aviação Civil. “Vamos sentar com a Fazenda para ver de onde vêm os recursos [para o novo fundo de PPP]. Como é garantidor não significa ter desdobro no curto prazo, ele é garantia, mas ele é necessário para que os investidores consigam tomar empréstimos”, explicou.

Os fundos garantidores têm o objetivo de complementar as garantias exigidas pelo agente financeiro para concessão de crédito. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1097968-38.2022.8.26.0100. O MM. J. de Direito da 2ª Vara Cível, Foro Central de São Paulo, Dr(a) Carlos Eduardo Borges Fontalini, na forma da Lei FAZ SABER a DANIEL CANDIDO DE OLIVEIRA EPP CNPJ 32.291.616.0001-55, na pessoa de seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Fundação Instituto de Administração, objetivando condenar a ré ao pagamento de R\$ 29.859,51 (seis mil, oitocentos e noventa e nove reais), representado pelas parcelas vencidas do curso de Pós Graduação, no período de 10/11/2020 a 11/10/2021. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de dezembro de 2022. B-11 14

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1008878-41.2021.8.26.0007. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Altos Unilaterais. Requerente: Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. Requerido: Jacqueline Jesus dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008878-41.2021.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a) Alessandro Mendes de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTA OLIVEIRA DE SOUZA, Brasileira, RG 44.457.771-3, CPF 321.835.028-00, com endereço à Rua Saturnino de Sousa, 441, Casa 02, Vila Nhoque, CEP 03561-090, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., alegando em síntese: que devido a instabilidade no sistema de pagamentos PIX, foi gerado esboço de valores em dobro na conta do réu junto ao banco autor. Informa que o valor depositado a maior não foi restituído. Requeru a condenação do réu ao pagamento do valor indicado na inicial, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0000881-58.2020.8.26.0007. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Cruz Azul de São Paulo. Executado: Roberta Oliveira de Souza. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000881-58.2020.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a) Alessandro Mendes de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTA OLIVEIRA DE SOUZA, Brasileira, RG 44.457.771-3, CPF 321.835.028-00, com endereço à Rua Saturnino de Sousa, 441, Casa 02, Vila Nhoque, CEP 03561-090, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Cruz Azul de São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014533-60.2018.8.26.0348. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Mauá, Estado de São Paulo, Dr(a) Rodrigo Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAGNO ANTONIO SANTOS DA SILVA, Brasileiro, CPF 327.729.958-95, que por este Juízo tramita a ação de Cumprimento de sentença movida por BRASTERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e PERALTA INVESTIMENTOS PARTICIPAÇÕES S/A. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 95.333,51 (IAM/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcrito o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Na hipótese de revelia será dado vista ao curador especial para apresentação da defesa ou entender por extinto. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Mauá, aos 27/fevereiro/23. 10 e 11 / 03 / 2023

FRAZÃO LEILÃO Encerramento: 15/03/2023 4ª feira - às 10h00

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

8 SALAS COMERCIAIS DESOCUPADAS NO CENTRO DE SALTO/SP

Rua Nove de Julho, 709/715, Salas 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, no primeiro andar do Edifício Novo Centro, e vagas de garagem 01, 02, 03, 04 e 05, no subsolo do referido edifício.

Somente à vista; aceita-se Carta de crédito conforme condições de venda e pagamento discriminadas no Edital de leilão, no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141 - sala 66 - Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão - leiloeira oficial - JUCESP 836.

Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.Frazaoleiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1099023-05.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Wesley Jean Gonçalves de Arandas ME e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1099023-05.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central de São Paulo, Dr(a) FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MERCADINHO FLAMÓ EIRELI - ME, CNPJ 05.975.811/0001-07, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, objetivando a quantia de R\$ 19.691,05 (sete mil e novecentos e quinze reais), ocasionada em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargando ou reconhecendo o crédito do executado, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1099966-58.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: MERCADINHO FLAMÓ EIRELI - ME. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1099966-58.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central de São Paulo, Dr(a) FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MERCADINHO FLAMÓ EIRELI - ME, CNPJ 05.975.811/0001-07, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, objetivando a quantia de R\$ 19.691,05 (sete mil e novecentos e quinze reais), ocasionada em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargando ou reconhecendo o crédito do executado, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

STF mantém suspensão de ações que contestam decreto sobre armas

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, na sexta-feira (10), maioria de votos para manter o decreto presidencial que suspendeu novas autorizações de porte para armas para CACs — colecionadores, atradores e caçadores.

A decisão valida a liminar concedida pelo ministro do STF Gilmar Mendes para suspender decisões proferidas em todo o país que tenham afastado a aplicação da norma.

A questão trata do Decreto 11.366, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que suspendeu os registros para aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por CACs.

Até o momento, seis ministros se manifestaram para man-

ter a suspensão. O julgamento ocorre no plenário virtual da Corte, modalidade na qual os votos são inseridos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

Além de Gilmar Mendes, votaram no mesmo sentido os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Dias Toffoli e Roberto Barroso.

O julgamento é motivado por uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU), segundo a qual, o decreto traz providências para conter o aumento da circulação de armas no país, reduzindo o volume delas e de munições de uso permitido e condicionando a autorização de porte à comprovação da necessidade. (Agência Brasil)



FRAZÃO LEILÃO
 Leilões Presencial e Online
17/03/2023
 6ª feira - às 11h00

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão!

IMÓVEIS COMERCIAIS (DESOCUPADOS) EX-AGÊNCIAS - LOJAS - ESCRITÓRIOS

LOTE 01 - RIO DE JANEIRO/RJ - Quitanda - Agência (Subsolo, Térreo e Pavimento Superior). - Rua da Quitanda, 80, Loja 80 A. Área privativa de 633m². Lance Mínimo R\$ 7.424.525,00 * **LOTE 02 - RIO DE JANEIRO/RJ** - Marquês do Herval - Loja - Av. Rio Branco, nº 185, loja A, Freguesia de São José. Área construída de 648,53m². Lance Mínimo R\$ 6.334.556,00 * **LOTE 03 - RIO DE JANEIRO/RJ** - Catumbi - Prédio Assobradado (Térreo e pavimento superior. Lance Mínimo R\$ 9.139.333,00 * **LOTE 04 - RIO DE JANEIRO/RJ** - Lgo. dos Leões - Loja Térrea - Rua do Humaitá, 12 - Loja A - Edifício Gloria Lagoa, Freguesia da Lagoa. Área construída de 321,81m² conforme laudo de avaliação e 362m² conforme cadastro de IPTU. Lance Mínimo R\$ 2.504.333,00 * **LOTE 05 - CURITIBA/PR** - João Negrão - Ag. (Térreo e estacionamento coberto - R. Joao Negrão, 740, Centro. Área construída: 1.715,8m². Terreno: 1.716m². Lance Mínimo R\$ 7.020.081,00 * **LOTE 06 - CURITIBA/PR** - Prado Velho - Ag-3704 - Imóvel Comercial R. Comendador Roseira, nº516, Lote 51-C/51-F. Terreno: 890m². Área construída: 387,17 m². Lance Mínimo R\$ 2.060.433,00 * **LOTE 07 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP** - Prudentina - Imóvel Comercial (Térreo mais 2 pavimentos: 1º e 2º andares). Rua Dr. Jose Foz, 513, Centro. Área construída de 1.107,18m². Área do terreno 484m². Lance Mínimo R\$ 3.016.158,00 * **LOTE 08 - PORTO ALEGRE/RS** - Alberto Bins - Sala Comercial (Prédio com 7 pavimentos e 1 subsolo) - Av. Alberto Bins, 600 - Cjs. 301/201/101, Centro. Área real privativa de 2.841,87 m². Área real total de 3.834,778 m². Lance Mínimo R\$ 11.365.656,00 * **LOTE 09 - GOIÂNIA/GO** - Centro - Prédio - Rua 2, Lotes 23, 25 e 27, Quadra 6, Setor Central. Prédio Comercial com subsolo, térreo, 5 pavimentos e cobertura. Área construída: 5.362,82 m². Terreno: 1.080 m². Lance Mínimo R\$ 9.612.194,00 * **LOTE 10 - SALVADOR/BA** - Sala - Centro - Av. Sete de setembro, 2019, Sala 202 + 04 vagas de garagem, Edifício Corredor da Vitória, Vitória. Área privativa: 301,75 m². Fração ideal: 175,63 m². Área total: 482,01 m². Lance Mínimo R\$ 3.143.378,00 * **LOTE 11 - CURITIBA/PR** - Bairro Reboças AG-3836 - Imóvel Comercial (Loja térrea e estacionamento no subsolo) - Av. Mal. Floriano Peixoto, 1541. Área Construída: 1.815,50m². Terreno: 1.241m². Lance Mínimo R\$ 3.236.346,00 *

Verificar as condições de pagamento no edital do leilão, no site abaixo. Veja fotos do imóvel, matrícula e mais informações no site. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 - sala 66 - Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão - Leiloeira Oficial - JUCESP 836

Tel. (11) 3550-4066 | 9.7179-0728 - www.frazaoleiloes.com.br

Opalus A013.21 Participações S.A.

CNPJ: 44.570423/0001-12

Balanço Patrimonial		Passivo e Patrimônio Líquido	
2021	2021	2021	2021
Ativo Circulante	50,00	Circulante	50,00
Total do Ativo Circulante	50,00	Total do Passivo Circulante	50,00
Ativo Não Circulante	50,00	Não Circulante	50,00
Total do Ativo Não Circulante	50,00	Total do Passivo Não Circulante	50,00
Total do Ativo	100,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	100,00
Demonstração do Resultado Líquido			
Receita Operacional Líquida	2021	Capital Social	500,00
(=) Lucro Operac. antes do Result. Financeiro	2021	(-) Capital Social a Integralizar	(450,00)
(=) Lucro Antes do IR e da CS	2021	Total do Patrimônio Líquido	50,00
(=) Lucro Líquido do Exercício	2021	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	50,00
Notas Explicativas			
Contexto Operacional A013.21 Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Rua Pais Leme, 215, Sala 1410, Pinheiros, CEP 05424-150. Objeto social: participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding). Início de atividades em 06/12/2021. Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Capital Social Capital Social Inicial é de R\$ 500,00, dividido em 500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.			
Diretoria Graziela Marques Conde - Administradora			
Contador Antonia Ivneth Paula Gurgel CRC/1RN 008496/0-6 T SP			

Opalus A013.21 Participações S.A.

CNPJ: 44.570423/0001-12

Balanço Patrimonial		Passivo e Patrimônio Líquido	
2021	2021	2021	2021
Ativo Circulante	50,00	Circulante	50,00
Total do Ativo Circulante	50,00	Total do Passivo Circulante	50,00
Ativo Não Circulante	50,00	Não Circulante	50,00
Total do Ativo Não Circulante	50,00	Total do Passivo Não Circulante	50,00
Total do Ativo	100,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	100,00
Demonstração do Resultado Líquido			
Receita Operacional Líquida	2021	Capital Social	500,00
(=) Lucro Operac. antes do Result. Financeiro	2021	(-) Capital Social a Integralizar	(450,00)
(=) Lucro Antes do IR e da CS	2021	Total do Patrimônio Líquido	50,00
(=) Lucro Líquido do Exercício	2021	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	50,00
Notas Explicativas			
A Opalus A013.21 Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Rua Pais Leme, 215, Sala 1410, Pinheiros, CEP 05424-150. Objeto social: participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding). Início de atividades em 06/12/2021. Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Capital Social Capital Social Inicial é de R\$ 500,00, dividido em 500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.			
Diretoria Graziela Marques Conde - Administradora			
Contador Antonia Ivneth Paula Gurgel CRC/1RN 008496/0-6 T SP			

Sensorbrasil Comércio e Locações Ltda.

CNPJ/MF nº 56.970.437/0001-02 - NIRE 35.211.877.823

Ata de Reunião das Sócios Realizada em 7 de Março de 2023

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 04 de abril de 2023, às 10:30 horas, presencialmente, na sede social da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório do Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia**: (i) aprovar a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$ 22.251.797,77 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), sendo o montante líquido equivalente a R\$ 18.914.028,10 (dezoito milhões, novecentos e onze mil e vinte e oito reais e dez centavos), referentes ao exercício social de 2023, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; (ii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) (i) o exame, discussão e votação do **Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, com Versão da Parecia Cindida para Sociedade a Ser Constituída, elaborado no presente data pela Companhia, com a intervenção e anuência das acionistas Robberma Administração e Participações Ltda. e MJP Administração e Participações Ltda. ("Protocolo"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do relatório laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil em data-base de 31 de dezembro de 2022 ("Laudo de Avaliação"); (iii) o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); (v) a alteração do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial, e a consequente alteração do capít do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; (vi) a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; (vii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a alteração do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos.

Embu-Guaçu, 11 de março de 2023

Presidente do Conselho de Administração

FRAZÃO LEILÃO
 Encerramento: 20/03/2023
 2ª feira - às 11h00
 O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

CASAS E APARTAMENTOS

SP: Araras, Diadema, Guairá, Limeira, Mogi das Cruzes, Potirêndaba, Santa Rosa de Viterbo. MG: Araxá, Betim, MS: Cassilândia, PB: Campina Grande. RJ: Niterói, Rio de Janeiro, RS: Venâncio Aires.

Á vista ou a prazo conforme o edital do leilão. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.

Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141, sala 66 - Mooca - São Paulo - SP.

Ana Claudia Campos Frazão - leiloeira oficial - JUCESP 836.

Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 - www.frazaoleiloes.com.br

LIGA DESPORTIVA DE AUTOMOBILISMO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na qualidade de Associados da LIGA DESPORTIVA DE AUTOMOBILISMO, apresentando 1/5 (um quinto) do quadro de associados, nos termos do artigo 13º, parágrafo primeiro do Estatuto Social, convocamos os associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, em 19 de março de 2023, situada na Avenida Nossa Senhora do Sabará n. 5.267, em Vila Emir, São Paulo / Capital, às 9h30, com 2/3 dos associados presentes em primeira convocação, e às 10h00 com o número de associados presentes, em segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **ORDEM DO DIA:** 1. Reforma parcial do Estatuto Social para alteração da redação da alínea a do artigo 13º; 2. Ratificação da eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o quadriênio Fev. 2023/Fez. 2027 ocorridas em Assembleia Geral Extraordinária de 23.02.2023; 2.1. Em razão da ratificação das eleições, facultada-se a eventuais interessados a apresentação de chapas para o preenchimento de cargos diretivos e do Conselho Fiscal concorrendo em eleições diretas com a chapa já apresentada, sendo que a não apresentação de novas chapas e/ou candidatos, ensejará a ratificação dos nomes dos eleitos em 23.02.23. 3. Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 4. Assuntos Gerais. São Paulo, aos 09 de março de 2023. Marcelo Guedes, Armando Ricardo Guedes, Carlos Eduardo Harmel, João Ricardo Harmel, Edgard Neves Clausel, Alessandra Cristina Perez, Eduardo Bruno Arábida, Nilton Mor de Costa, Alex Gonçalves.

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.07

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de Fevereiro de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Em 17 de fevereiro de 2023, às 14h00, na sede social da Companhia, localizada na capital do estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, cj 1604, Edifício Plaza Júpiter, Jardim Paulista, CEP 01452-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos conselheiros em exercício. 3. **Mesa:** Sra. Davi Lago - Presidente; e Sra. Patrícia Santana - Secretária. 4. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) autorizar a Companhia a ratificar a outorga da garantia fiduciária na modalidade de fiança ("Fiança"), em garantia das obrigações decorrentes da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, em duas séries, da Joinville Shopping Participações S.A. para colocação privada ("Emissão", "Debêntures", "Joinville", respectivamente), por meio do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, em Duas Séries, da Joinville Shopping Participações S.A., para Colocação Privada", a ser celebrado entre a Joinville, a Virgo Companhia de Securitização (atual denominação da Isec Securitizadora S.A.), inscrita no CNPJ sob nº 07.769.451/0001-08 ("Securitizadora"), a Companhia e o Sr. James Bento de Almeida Junior, inscrito no CPF sob nº 252.170.039-87 na qualidade de fatores ("Segundo Aditamento à Escritura de Emissão"); (ii) a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia para, diretamente ou por meio de procuradores, tomar todas as providências necessárias para: a) ratificação da outorga e constituição da Fiança, inclusive, mas não limitando à (a) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Fiança e do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão; e (b) negociação e celebração, pela Companhia de todos os demais documentos e eventuais aditamentos necessários no âmbito da Emissão; e (iii) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, no âmbito da Emissão. 5. **Deliberações:** Após examinar e discutir os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o que segue: (i) aprovar a ratificação da outorga e constituição, pela Companhia da garantia de Fiança, em garantia (i) das obrigações relativas ao fiel, pontual e integral pagamento, pela Joinville, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualização monetariamente (quando aplicável), acrescido da Remuneração, dos prêmios, inclusive do Prêmio Sêntes IPCA e do Prêmio pelo Pagamento Antecipado (conforme definidos no Segundo Aditamento à Escritura de Emissão) e dos demais encargos relativos às Debêntures e aos demais Documentos da Operação, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto no Segundo Aditamento à Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação de que seja parte; (ii) os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à Emissão dos CRI; (iii) quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Joinville nos termos do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação de que seja parte; (iv) o cumprimento das obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, encargos e indenizações; e (iv) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que a Securitizadora, o Agente Fiduciário dos CRI e/ou os titulares de CRI, razoável e comprovadamente venham, de forma justificada, a desembolsar nos termos das Debêntures, do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures, dos CRI e dos demais Documentos da Operação, ou conforme aplicável e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou execução ou execução das Garantias ("Obrigações Garantidas"); (ii) a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia para, diretamente ou por meio de procuradores, tomar todas as providências necessárias para: a) ratificação da outorga e constituição da Fiança, inclusive, mas não limitando à (a) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Fiança e do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão; e (b) negociação e celebração, pela Companhia de todos os demais documentos e eventuais aditamentos necessários no âmbito da Emissão; e (iii) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, no âmbito da Emissão. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. 7. **Assinaturas:** Mesa: Sra. Camilla Angiolini de Almeida Ferreira - Presidente; e Sra. Patrícia Santana - Secretária. Conselheiros em exercício: James Bento de Almeida Junior, Heleisa Helena Kretzer de Almeida e Camilla Angiolini de Almeida Ferreira. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023. **Mesa:** Davi Lago - Presidente; Patrícia Santana - Secretária. **JUCESP** nº 88.115/23-9 em 28/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 56.970.437/0001-02 - NIRE 35.211.877.823

Ata de Reunião das Sócios Realizada em 23 de Fevereiro de 2023

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 04 de abril de 2023, às 10:30 horas, presencialmente, na sede social da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório do Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia**: (i) aprovar a proposta da administração referente à distribuição proporcional de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$ 22.251.797,77 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), sendo o montante líquido equivalente a R\$ 18.914.028,10 (dezoito milhões, novecentos e onze mil e vinte e oito reais e dez centavos), referentes ao exercício social de 2023, a ser pago aos acionistas até 28 de abril de 2023; (ii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) (i) o exame, discussão e votação do **Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, com Versão da Parecia Cindida para Sociedade a Ser Constituída, elaborado no presente data pela Companhia, com a intervenção e anuência das acionistas Robberma Administração e Participações Ltda. e MJP Administração e Participações Ltda. ("Protocolo"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do relatório laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil em data-base de 31 de dezembro de 2022 ("Laudo de Avaliação"); (iii) o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); (v) a alteração do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial, e a consequente alteração do capít do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; (vi) a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; (vii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a alteração do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos.

Embu-Guaçu, 11 de março de 2023

Presidente do Conselho de Administração

9ª VARA CÍVEL CENTRAL/ SP - Pça. João Mendes s/nº - 12º andar - sl. 1218 - CEP 01501-900 - Fone: (11) 3538-9107 - E-mail: ufjuc@ufjuc.usp.br - EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo: 20 dias. Proc. nº 1074587-35.2021.8.26.0100. O DR. RODRIGO GALVÃO MEDINA, MM JUIZ de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central Comarca da Capital/SP, na forma da lei, FAZ SABER a PAULO SERGIO MENDES DE OLIVEIRA (CPF 431.266.348-34), que LS LITORAL SUL ACESSÓRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, lhe move ação de PRESTAÇÃO DE CONTAS relativamente à empresa LS Administração Patrimonial e Empreendimentos Ambientais Ltda. SPE, constituída com o objetivo de exploração de operações pertinentes à área ambiental de imóvel rural, uma vez que não comprovou como administrador todas as despesas para o encerramento da sociedade. Estando o réu em lugar incerto e não sabido, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, PRESTE as CONTAS ou CONTESTE o feito, nos termos do art. 550, caput, c/c art. 551, caput, ambos do CPC, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado CURADOR ESPECIAL. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de janeiro de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 875.112 em 08 de dezembro de 2022 a requerimento de OSVALDO GIANINATTASIO JÚNIOR, brasileiro, solteiro, RG nº 18.692.016-7, CPF nº 101.320.928-16, residente e domiciliado à Avenida Santo Albano nº 114, Vila Vera, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, que o autor acima qualificado, requer a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA**, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o apartamento tipo duplex nº 103, localizado no 9º andar do Bloco A - torre Jurupis, integrante do condomínio "TWIN TOWERS IBIRAPUERA THE DUPLEX", situado na Alameda dos Jurupis nº 800, em Indianópolis, com a área privativa de 70,289m², área comum de 64,552m², área total de 134,842m² e a fração ideal de terreno de 0,548261%; ficando assegurado, o direito de uso de 2 vagas indeterminadas, independentemente de tamanho, da garagem localizada indistintamente em quaisquer dos subsolos, matriculado sob nº 147.921, neste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacífica há 17 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

25/02 e 31/03/23

RCCM Participações S.A.

CNPJ nº 08.644.794/0001-38

Relatório da Diretoria
 Senhores Acionistas: Cumpriro as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sa. o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2022 com todos os demonstrativos contábeis e financeiros correspondentes e permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos que julgarmos necessários. São Paulo, 14 de fevereiro de 2023. A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				Passivo circulante			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Fornecedores		8.724	22.889
Ativo circulante				Empréstimos e financiamentos		-	98.733
Caixa e equivalentes de caixa	148	101	75.633	43.531		-	7.456
Contas a receber de clientes	-	-	134.504	138.504		-	4.909
Outros créditos	-	-	16.740	16.740		-	4.118
Impostos a recuperar	27	27	3.608	9.676		-	25.828
Outros créditos	-	-	1.968	3.695		-	4.905
Despesas antecipadas	-	-	369	70		-	4.498
Total do ativo circulante	175	128	358.957	327.596		3	153.673
Ativo não circulante				Outros obrigações		27	118.669
Impostos a recuperar	-	-	840	897		-	28.825
Tributos diferidos	-	-	4.914	4.126		-	11.833
Depósitos judiciais	-	-	300	280		-	226
Outros créditos	-	-	-	-		-	8.746
Investimentos em controladas	267.104	262.598	-	-		-	1.083
Outros investimentos	-	-	15	81		-	290
Intangível	-	-	106.806	100.682		-	5.910
Total do ativo não circulante	267.104	262.598	114.366	108.071		-	33.961
Total do ativo	267.279	262.726	473.323	435.667		-	197.634
Demonstrações do resultado - Exercícios find							



EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0039135-44.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). TONYA YUKA KOKUKU, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ato) NEI NEVES GAI, UNICOR, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, RG 9896202, CPF 030.649.608-90, Nascido/Nascida 16/11/1960, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovar Objetivo – Supero, alegando em síntese o pagamento de dívida no valor de R\$ 57.006,92. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de janeiro de 2023. 11 e 14.03**

Mendonça será relator de processos contra Nikolas Ferreira no STF

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai relatar notícias-crime que foram apresentadas contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Associações representativas da comunidade de LGBTQIA+ e 14 parlamentares acusam o deputado de ter cometido crime de transfobia em discurso proferido da tribuna da Câmara.

Ao todo, constam contra o parlamentar no STF três notícias-crime, um tipo de procedimento preliminar em que é apontada alguma conduta possivelmente criminosa. Mendonça foi escolhido por sorteio para relatar uma primeira petição, o que o faz receber também os demais processos sobre o mesmo assunto.

A praxe é que o relator no Supremo envie a notícia-crime para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão com a competência para denunciar parlamentares federais. Não há prazo definido para a análise do caso pelo órgão acusador.

Entenda o caso

Na última quarta-feira (8), o deputado federal Nikolas Ferreira vestiu uma peruca amarela e disse que “se sentia uma mulher” no Dia Internacional da Mulher e que “as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres”.

Para entidades e parlamentares, a fala do deputado promove o discurso de ódio por associar uma mulher transexual a “uma ameaça que precisa ser combatida, uma alusão a um suposto perigo que não existe”. Outro argumento é que o parlamentar publicou o vídeo do discurso em suas redes sociais, com a inclusão de fotos de mulheres trans, o que fuge à imunidade parlamentar.

Além da ação no STF, partidos protocolaram um pedido de cassação do mandato do deputado por quebra de decoro. “Como é possível depreender da fala do deputado, o conteúdo de seu discurso tem caráter ofensivo e criminoso, uma vez que direcionado a manifestar discriminação e ridicularizar pessoas trans e travestis”, afirmam as bancadas do PSOL, PT, PDT, PCdoB e PSB no documento.

Nas redes sociais, o deputado Nikolas Ferreira nega que sua fala tenha sido transfóbica. “Defendi o direito das mulheres de não perderem seu espaço nos esportes para trans - visto a diferença biológica - e de não ter um homem no banheiro feminino. Não há transfobia em minha fala. Elucidei o exemplo com uma peruca (chocante). O que passar disso é histeria e narrativa”.

MPF

O Ministério Público Federal acionou na quarta-feira (8) a Câmara dos Deputados para que apure se o discurso do deputado caracteriza-se como violação ética. Segundo a procuradora Luciana Loureiro, Nikolas Ferreira usou o tempo na tribuna para, “a pretexto de discursar sobre o Dia Internacional da Mulher, referir-se de forma desrespeitosa às mulheres em geral e ofensiva às mulheres trans em especial”.

Desde 2019, a transfobia foi equiparada ao crime de racismo no país e passou a ser tratada como crime hediondo. (Agência Brasil)



TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 15.115.504/0001-24
Sociedade Aberta



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

A Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado que, em decorrência das alterações dos Incisos I e II do art. 289 da Lei nº 6.404/76, a publicações obrigatórias realizadas pela Companhia deixaram de ser efetuadas no Diário Oficial do Estado da Bahia. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas em decorrência das alterações do art. 289 da Lei nº 6.404/76 não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas atualizadas, elaboradas na forma da legislação societária e a regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditada, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.correio24horas.com.br; www.jornalodiassp.com.br; www.tronox.com.br; www.gov.br/cvmj-pt-br; www.b3.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RESUMIDO

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (“Tronox” ou “Companhia”), empresa do Grupo Tronox Holdings plc, a principal fabricante mundial integrada de pigmentos de dióxido de titânio de alta qualidade, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Tronox conta com três unidades no Brasil: a mina de Guajú, em Mataracá, na Paraíba; a fábrica em Camaçari, na Bahia; e o escritório comercial na capital de São Paulo, o qual atende à demanda de toda América Latina. A planta da Bahia utiliza como principal matéria-prima o minério de titânio, ou ilmenita. Conforme comunicado em fato relevante, a mina de Guajú, localizada no município de Mataracá – PB, encerrou totalmente as suas atividades produtivas em dezembro de 2022, finalizando também os contratos de trabalho, permanecendo, no local, estoque de ilmenita. A expectativa da Companhia é que o fornecimento de ilmenita para fábrica da Bahia deverá ser mantido pelo estoque existente até o final do ano de 2024. Após essa data, a fábrica da Bahia deverá suprir por fonte alternativa, que pode incluir importação por uma das filiais da Tronox Global. A produção de zircônia, rutílo e cianita, por sua vez, já havia sido encerrada em 2020. No ano de 2022, a Tronox anunciou lucro líquido de R\$ 50.375, margem de 6%, receita líquida de R\$ 802.822, lucro líquido de R\$ 68.355, margem de 9%, e EBITDA de R\$ 50.570, margem

de 6%. Este resultado foi impactado principalmente pela redução do fornecimento de ácido sulfúrico pelo principal fornecedor da Companhia, o que resultou em um incremento dos custos com a utilização de fontes alternativas deste material secundário, além da redução da demanda de TIO2 durante o exercício decorrente da desaceleração do mercado. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras completas examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se a disposição dos acionistas na sede, no endereço eletrônico www.tronox.com.br e da Companhia, no site eletrônico (www.cvm.gov.br), e no site eletrônico do jornal (www.correio24horas.com.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	74.849	162.993
Títulos e valores mobiliários	140.289	13.851
Contas a receber de clientes	56.830	174.630
Estoques	313.344	297.614
Adiantamentos a fornecedores	18.272	24.266
Tributos a recuperar	7.986	11.417
Impostos correntes sobre o lucro	4.859	7.680
Valores a receber de partes relacionadas	2.047	37.906
Outros ativos	6.725	20.915
	625.293	751.082
Não circulante		
Tributos a recuperar	23.164	15.342
Valores a receber de partes relacionadas	156.670	211.263
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.358	68.759
Depósitos judiciais	1.557	1.564
Outros ativos	265.824	298.993
	510.573	595.921
Imobilizado	154.875	143.799
Ativos de direito de uso	10.299	3.407
Intangível	856	1.275
	166.030	148.481
	431.654	447.474

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020	206.929	305.555
Lucro líquido do exercício	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-
Constituição de reservas	10.802	86.467
Dividendos intermediários	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Reclassificação de saldo de imposto diferido	-	-
Ganhos atuariais com plano de benefícios definidos	-	-
Reconhecimento de saldo de imposto diferido	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	206.929	442.022
Aumento de capital	43.071	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Títulos e valores mobiliários, líquido de imposto diferido (nota 5)	-	-
Constituição de reservas	3.418	40.044
Dividendos propostos	-	-
Dividendos intermediários	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-
Ganhos atuariais com plano de benefícios definidos, líquido de imposto diferido	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	250.000	482.066

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. **Contexto operacional** - A Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (“Companhia” ou “Tronox Pigmentos”) é uma sociedade anônima de capital aberto que tem ações negociadas na BOVESPA, com sede em Camaçari - BA. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente pigmento branco de titânio e seus subprodutos, a industrialização e o comércio de matérias-primas aplicadas em outros setores, não em sua própria produção; a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados; a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutílo, ilmenita, zircônia e cianita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos. O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta, controlada pela Tronox Holdings plc, acionista controladora da Tronox Limited. Suprimento de Lucro - No dia 5 de novembro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu principal fornecedor de ácido sulfúrico, material secundário fundamental para seu processo produtivo, iria reduzir temporariamente o fornecimento do referido produto. Como consequência, a Administração vem, desde então, efetuando compra do produto no mercado internacional e com outros fornecedores locais, com o objetivo de atender a demanda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o suprimento de ácido sulfúrico, pelo principal fornecedor, apresentou uma redução quando comparado com a quantidade recebida no exercício anterior. A capacidade de fornecimento do referido fornecedor não foi suficiente para suprir a demanda produtiva da Companhia, que consideramos manter com os níveis de fontes alternativas no mercado nacional e internacional. Em 2022, o preço desse material sofreu redução, quando comparado ao exercício anterior. Este produto tem seu preço intimamente ligado ao preço do enxofre, que sofreu forte queda nos últimos meses. Apesar da redução do preço do ácido em 2022, as fontes alternativas ofereceram um custo de aquisição superior ao preço contratual praticado com o principal fornecedor da Companhia. Esse aumento no custo de aquisição do ácido sulfúrico é impactado por diversos fatores, dos quais podemos indicar como principais: a especificação do produto no mercado de curto prazo (à vista); (ii) incremento no custo de frete (o principal fornecedor da Companhia está localizado no mesmo município desta, as compras com fontes alternativas podem ser efetuadas de outras regiões do Brasil e/ou de outros países). A Companhia vem acompanhando de perto o plano de retomada operacional do seu principal fornecedor de ácido sulfúrico. Adicionalmente, a Administração da Companhia adotou medidas emergenciais de maneira a garantir o suprimento do produto no mercado de curto prazo (à vista); (ii) incremento no custo de frete (o principal fornecedor, através de aditivos contratuais, com objetivo de auxiliar no plano de retomada operacional); (iii) regularizando, em 2022, as importações recorrentes de ácido sulfúrico obtendo assim preços mais baixos por não se tratar mais de compras spot e (iv) buscar no mercado local de possíveis fornecedores dessa matéria-prima. 2. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis** - 2.1 - **Base de preparação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nas Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. A emissão das presentes informações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2023. 2.2 - **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração levou em consideração experiências e eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Tais significativas são: (i) Provisão para perda com adiantamento a fornecedores; (ii) Provisão para contingências; (iii) Provisão ambiental; (iv) Provisão para benefício pós-emprego; (v) Provisão para desmobilização da mina; (vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos. 2.3 - **Práticas contábeis críticas e discricionárias** - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos diferenciam entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encargamentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) **Reserva de receita** - A receita é mensurada com base na transferência especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando ocorre o controle do produto ao cliente. A Companhia define o tempo ou responsabilidade sobre os produtos no momento da entrega dos produtos ao cliente em suas instalações. A receita não é reconhecida se a sua realização for incerta. c) **Imobilizado** - bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“impairment”). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa no 10, que leva em consideração a vida útil estimada desses bens, e reconhecida através do resultado, com a exceção de terrenos que não estão sujeitos a depreciação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores ressaltados são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. d) **Provisão ambiental** - De acordo com a política de remediação ambiental e exigências legais aplicáveis, uma provisão para recuperação ambiental de uma área e a respectiva despesa são reconhecidas quando determinada área é contaminada. As provisões são determinadas por meio do desconto dos custos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e custos específicos para a passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. e) **Exatidão para benefício pós-emprego** - De acordo com a política de remuneração de longo prazo, os benefícios são reconhecidos como: i) Ativos financeiros ao custo amortizado; ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perda acumuladas (instrumento de dívida); iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento do seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros, após reconhecimento, estão sujeitos a juros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de

juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. g) **Ativos financeiros não-derivativos** - As provisões para perdas são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“forward-looking”). Uma redução no valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e constitui provisão para deterioração a valor contábil líquido. Para fins de avaliação do resultado h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-finance**

Nacionais

Nova geração do BMW X1

Os seis anos de liderança no segmento de SAVs premium já dão dimensão da importância do BMW X1 para o mercado brasileiro. O modelo chega ao Brasil em uma geração totalmente nova e com produção nacional garantida na fábrica do BMW Group em Araquari (SC).

O novo BMW X1 será oferecido em três versões: a nova sDrive18i, a sDrive20i X-Line e a sDrive20i M Sport, todas com o programa BSI gratuito pelo período de três anos ou 40 mil km (o que ocorrer primeiro). O BMW Service Inclusive (BSI) é um programa que oferece serviços de manutenção de veículos BMW, com cobertura mundial na rede de concessionárias autorizadas, sem custo adicional dos serviços cobertos.

A evolução do design do novo X1 é marcante e inovadora externa e internamente. O novo X1 cresceu 7 centímetros no comprimento (4,50m contra 4,43m do modelo anterior). Desse, 2 centímetros são de entre-eixos (2,69m contra 2,67m do modelo anterior), proporcionando mais espaço interno e conforto para os ocupantes do banco traseiro. Completam as medidas, 2cm extras na largura (de 1,82m para 1,84m) e 5 centímetros a mais de altura (de 1,59m para 1,64m). O porta-malas tem 476 litros com os bancos na posição normal e 1.527 litros com os bancos rebatidos.

Na dianteira, o para-choque ganhou novo desenho com novas tomadas de ar agressivas e funcionais. A tradicional grade duplo também foi redesenhada e ficou mais imponente, assim como os faróis, que são full LEDs adaptativos em todas as versões. O para-choque traseiro, assim como o layout de luzes do conjunto ótico traseiro, ganharam novo visual, deixando o SAV ainda mais

esportivo, sem perder a elegância. As rodas têm design e tamanho exclusivos: 18 polegadas para a versão sDrive18i, 19 polegadas na versão sDrive20i X-Line e 20 polegadas na versão sDrive20i M Sport.

Por dentro, tudo é completamente novo, seguindo o mesmo conceito encontrado no BMW iX, modelo 100% elétrico da marca e que ocupa o topo da gama no quesito tecnologia. O novo X1 passa a ser equipado com uma tela curvada em TFT de alta resolução — composta por duas peças, de 10,2" (painel de instrumentos) e 10,7" (multimídia) —, com o novo Sistema Operacional 8 e exibe as informações de maneira atraente e intuitiva. A novidade torna o habitáculo mais interativo e eclético, uma vez que os comandos podem ser acionados por voz, tato ou pelo comando central giratório do i-Drive.

No quesito conectividade, o novo BMW X1 conta com o BMW ConnectedDrive, que fornece serviços como: Chamada de Emergência Inteligente, aviso de manutenção por telemetria, navegação com informação de trânsito em tempo real, portais de notícias, clima e aplicativos, além de serviços remotos que podem ser acionados a partir do app My BMW, como trancar e destrancar as portas, buzinar, localizar o veículo e enviar destinos diretamente ao sistema de navegação. Ainda é possível utilizar aplicativos de smartphones, com preparação para Apple CarPlay e Android Auto sem fio.

Dois opções de motorização
Debaixo do capô, o novo BMW X1 chega com duas opções de motorização. A versão sDrive18i GP é equipada com um motor 1.5 litro (1.499cm³), três cilindros em linha, TwinPower Turbo, que é capaz de entregar 156cv de potência máxima (entre 4.700 e



6.500rpm) e 230Nm de torque, já a partir de 1.500rpm até 4.600rpm, e está acompanhada por uma transmissão Steptronic de 7 marchas, que proporciona mudanças mais rápidas e maior eficiência para o conjunto.

Já as versões sDrive20i X-Line e M Sport estão equipadas com a nova geração de motor BMW TwinPower Turbo 2.0 litros (1.998cm³), quatro cilindros em linha, 204cv e 300Nm de torque. Em comparação com o motor anterior, são 12cv extras e 20Nm a mais de torque, resultando em mais desempenho e mais economia de combustível. O câmbio, assim

como na versão sDrive18i, é Steptronic de 7 marchas. Com esse conjunto, as versões sDrive20i aceleram de 0 a 100km/h em apenas 7,6 segundos e a velocidade máxima é de 236 km/h.

De acordo com o programa Conpet, do Inmetro, a versão sDrive18i tem consumo aferido de 11,4km/l em ciclo urbano e 13,5km/l na estrada. Já as versões sDrive20i alcançam médias de 10,7km/l e 13km/l, em ciclos urbanos e de estrada, respectivamente.

Entre os equipamentos disponíveis, destaque para os sistemas Parking Assistant Plus, ar-condicionado com controle digital automá-

tico de três zonas, BMW Comfort Access 2.0 (destrava e acende luzes de boas-vindas ao se aproximar do carro e trava o veículo ao se afastar sem necessidade de encostar na chave ou na maçaneta, além de possibilitar a abertura do porta-malas através da aproximação do pé no para-choque traseiro), Driving Assistant Plus (assistente de condução inteligente em situações de trânsito lento ou em longos deslocamentos, informando o motorista, por meio de alertas visuais e sonoros, de condições de tráfego cruzado, riscos de colisão traseira, mudanças involuntárias de faixa de rolamento e controle e prevenção de aproximação frontal, entre outras funções), Head-Up Display, teto solar panorâmico, sistema de som Harman Kardon e carregador de smartphone sem fio.

Há ainda o Assistente Pessoal Inteligente BMW (Intelligent Personal Assistant), capaz de executar inúmeras funções no veículo ou explicar o funcionamento de equipamentos, sendo ativado por comando de voz com a frase "Olá BMW", ou qualquer outra frase que for programada pelo motorista. O modelo pode ainda se conectar com a Amazon Alexa e casas inteligentes, além de estar apto para receber atualizações remotas de software quando disponíveis.

O novo BMW X1 já está à venda nas concessionárias da BMW nas versões sDrive18i GP, sDrive20i X-Line e sDrive20i M Sport, em seis opções de cores para a carroceria (Branco Alpino, Preto Safira, Azul Phytonic, Verde Cape York, Prata Space e Azul Portimão) e três opções de acabamento interno (Preto/Preto, Mocha/Preto e Oyster/Preto).

Motos

Mês da Tiger: Triumph oferece



No mês de março, a campanha de varejo da marca inglesa oferece para o consumidor brasileiro ofertas especiais e ótimas opções para quem deseja comprar sua nova motocicleta. Os preços e condições exclusivas estão válidas para as motos da Família Tiger: Tiger 900, Tiger 1200 e a nova Tiger Sport 660.

Tiger 900 Rally Pro
Para a família Tiger 900, líder de mercado, a Triumph oferece grandes vantagens como IPVA 2023, documentação grátis, seguro mais barato da categoria - e serão as últimas unidades antes do aumento de preço. Para a Tiger 1200, além de tudo isso, o cliente conta com a taxa de juros ZERO e garantia de três anos.

Tiger Sport 660
A campanha oferece também condições especiais para a multipremiada Tiger Sport

660, que acaba de chegar ao mercado brasileiro. A motocicleta custa R\$ 56.990, e pode ser adquirida com entrada a partir de R\$ 1.000 e saldo com prestações fixas em até 60 meses.

Tiger 1200 Rally Pro
A Triumph oferece um benefício muito importante nos modelos Tiger 1200, Tiger 900 e Tiger Sport 660: um novo seguro, em parceria com o Seguro Santander Auto, com preço limitado até 5% do valor total da motocicleta, uma segurança a mais para o cliente Triumph. Este plano está sujeito à avaliação e aprovação do Seguro Santander Auto (exceto para o Rio de Janeiro).

Outra vantagem oferecida em parceria com o Banco Santander é a campanha "DE VIDA". Na compra de uma Triumph financiada pelo Santander, o cliente recebe de volta o valor da sétima parcela em sua conta.

Nova Royal Enfield Super Meteor 650

A Royal Enfield, líder mundial no segmento de média cilindrada (250cc - 750cc), injeta uma nova dose de estilo, autenticidade e acessibilidade no segmento cruiser com o lançamento da Super Meteor 650.

São duas versões - Super Meteor 650 e Super Meteor 650 Tourer - e sete opções de cor no total. A novidade desembarca no Brasil ainda neste ano, tornando-se mais uma motocicleta montada no CKD na planta de Manaus.

A Super Meteor 650 é uma cruiser retrô, autêntica em cada detalhe. Design, geometria, formato e o bicilíndrico de 650cc combinam para que esta motocicleta proporcione uma experiência incrível nas estradas e nas ruas. A estabilidade é um dos pontos fortes da Super Meteor 650, que contorna curvas com facilidade e se mantém firme em trechos de retas em rodovias. É uma motocicleta de média cilindrada com tantos atributos que até quem nunca pensou em ter uma cruiser vai se interessar por ela.

A Super Meteor 650 combina controles e painel intuitivos e bem localizados com posição de pilotagem confortável, transmitindo segurança nas mudanças de direção. O motor, flexível e suave, oferece bom torque para retomadas vigorosas mesmo em baixas rotações.

Criados no centro de desenvolvimento da marca no Reino Unido em parceria com a Harris Performance, os inéditos chassi e balanço da Super Meteor 650 formam uma combinação que entrega centro de gravidade mais baixo para dar mais estabilidade em altas velocidades e facilitar as manobras, o que passa mais confiança para os pilotos, independentemente do nível de experiência. Fabricado em aço com os mais eficientes processos de forja e fundição, o chassi possui um novo ponto de fixação do motor para maior rigidez. Além disso, a Super Meteor 650 é a primeira motocicleta da Royal Enfield a contar com suspensão dianteira de garfo invertido, com curso de 120 mm. A suspensão traseira é composta por dois amortecedores e possui curso de 101 mm, além de cinco níveis de ajuste de pré-carga da mola. Esse conjunto, unido ao novo chassi, faz com que Super Meteor 650 seja estável e ofereça uma pilotagem prazerosa nas estradas, além de transmitir leveza e confiança nos trechos sinuosos. O garfo invertido na dianteira traz mais controle e aderência para a roda dianteira, além de um amortecimento suave.

Prática e acessível, a Super Meteor 650 possui o visual de uma autêntica cruiser, com assento baixo e amplo, que proporciona conforto e confiança independentemente da altura de quem estiver pilotando. A posição de pilotagem é um dos diferenciais de qualquer cruiser e a Super Meteor cumpre esse requisito com louvor, com as pedaleiras avançadas e guidão mais alto, largo e recuado.

O tanque de combustível de 15,7 litros proporciona grande autonomia e a combinação de pneus largos e sem câmara - com roda de liga leve de 16 polegadas na traseira e de 19 polegadas na dianteira - transmite confiança e tranquilidade em altas velocidades.

Já os comandos receberam atenção especial para garantir que o design e acabamento da Super Meteor 650 atendam ao padrão premium e estejam bem localizados. O painel combina a elegância atemporal do velocímetro analógico com a funcionalidade de uma tela LCD com informações essenciais, como conta-giros, indicador de marcha engatada, nível de combustível, relógio e hodô-



metro. Os manetes de freio dianteiro e de embreagem são ajustáveis e, além do toque retrô, atum de forma suave. As manoplas exibem o logo da Royal Enfield e foram projetadas para oferecer o melhor em ergonomia. Os botões de comandos possuem design premium e estão instalados em novas caixas de alumínio, com posicionamento ao alcance das mãos dos pilotos.

E, claro, há o já consagrado navegador curva a curva Tripper, desenvolvido em parceria com o Google. Para utilizar o recurso, basta instalar o aplicativo da Royal Enfield para smartphones e parear o dispositivo com a motocicleta através de uma conexão Bluetooth. Depois, é digitar o endereço de destino e o mostrador do Tripper, que integra o conjunto de instrumentos da Super Meteor 650, exibe cada converso pelo trajeto para que o motociclista se mantenha no caminho correto. Além do Tripper, outro toque de tecnologia no modelo é a existência de uma entrada USB, localizada discretamente na carenagem lateral esquerda. Outro destaque do modelo é o farol dianteiro em LED, o primeiro em uma Royal Enfield, que foi cuidadosa-

mente projetado para manter o charme old-school e ao mesmo tempo oferecer as vantagens da tecnologia LED.

Além das cores, chamam a atenção nos modelos da Royal Enfield os logos estampados nos tanques de combustível. Na Super Meteor 650 não poderia ser diferente e os logos cromados recebem uma combinação especial de cores que fazem com que o tanque tenha uma aparência premium, como se joias tivessem sido incrustadas no tanque da motocicleta.

A Super Meteor 650 chega ao mercado em duas versões: a Super Meteor 650 é a variante solo tourer e possui cinco opções de cor: Astral Black, Astral Blue, Astral Green, Interstellar Grey e Interstellar Green. Já a Super Meteor 650 Tourer é a variante grand tourer, com bolha frontal e sissy bar como itens de série, e chega em duas opções de cor: Celestial Red e Celestial Blue.

Assim como acontece com os demais modelos da Royal Enfield, a Super Meteor 650 conta com uma linha ampla de acessórios originais que complementam e destacam ainda mais as qualidades touring do modelo com diferentes propostas.

Auto Dicas

Recall do Lexus modelo NX350h

A Lexus do Brasil anunciou a campanha de chamamento preventivo do modelo NX350h, que abrange um total de 168 unidades, fabricados entre 17/11/2021 e 21/11/2022, com tempo de reparo de até 2 (duas) horas. A Toyota esclarece que a presente campanha será realizada de forma gratuita ao consumidor.

Defeito apresentado: Devido a uma incorreta programação do software de controle do Sistema Proativo de Direção (PDA - Proactive Driving Assist) que constitui o LSS - Lexus Safety System, quando o veículo passar por outros carros estacionados ou parados enfileirados, pode haver alteração na detecção de objetos entre PDA e o LSS. Caso isso ocorra, a câmera será reiniciada e as funções do sistema LSS+ ficarão inativas por 4 segundos, durante esse tempo, a função de PCS - Pre Collision System) ficará inativa e um alerta visual surgirá no painel.

Riscos e implicações: A condição apre-

sentada acima pode fazer com que o Sistema Proativo de Direção (PDA - Proactive Driving Assist) não opere corretamente causando inatividade do sistema PCS - Pre Collision System durante 4 segundos. Nesta condição, o motorista não terá auxílio do sistema de segurança, aumentando o risco de ocasionar acidentes com danos materiais aos veículos e danos de diversas naturezas aos seus ocupantes.

Medidas corretivas: A Campanha será feita em 1 etapa, com início do reparo definitivo em 6 de março de 2023, e consistirá na reprogramação do software PDA da câmera de reconhecimento na frontal.

Locais de atendimento e agendamento: O proprietário deverá entrar em contato com a Rede de Concessionárias Autorizadas Lexus, para agendamento prévio. A relação de concessionárias autorizadas para atendimento está disponível no site. Para informações adicionais, consulte S.A.C. Lexus: 0800 539 8727

Tudo que seu carro precisa em um só lugar!

- Mecânica
- Fumiliaria
- Pintura
- Óleo
- Filtro

- Injeção
- Escapamentos
- Alinhamento
- Balanceamento
- Suspensão

- Polimento

Unidade 1: Av. Lacerda Franco, 2075 - tel: (11) 5572-6285

Unidade 2: R. Doutor Mario Vicente, 146 - tel: (11) 2061-2422

Unidade 3: R. Basílio da Cunha, 607 - tel: (11) 22158431